



Simulado Especial

TJ GO

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

OFICIAL DE JUSTIÇA - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Especial TJ-GO (Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça do TJ-GO**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zJ6pyuBszqK712WF9>

01 - (A)(B)(C)(D)	13 - (A)(B)(C)(D)	25 - (A)(B)(C)(D)	37 - (A)(B)(C)(D)	49 - (A)(B)(C)(D)
02 - (A)(B)(C)(D)	14 - (A)(B)(C)(D)	26 - (A)(B)(C)(D)	38 - (A)(B)(C)(D)	50 - (A)(B)(C)(D)
03 - (A)(B)(C)(D)	15 - (A)(B)(C)(D)	27 - (A)(B)(C)(D)	39 - (A)(B)(C)(D)	51 - (A)(B)(C)(D)
04 - (A)(B)(C)(D)	16 - (A)(B)(C)(D)	28 - (A)(B)(C)(D)	40 - (A)(B)(C)(D)	52 - (A)(B)(C)(D)
05 - (A)(B)(C)(D)	17 - (A)(B)(C)(D)	29 - (A)(B)(C)(D)	41 - (A)(B)(C)(D)	53 - (A)(B)(C)(D)
06 - (A)(B)(C)(D)	18 - (A)(B)(C)(D)	30 - (A)(B)(C)(D)	42 - (A)(B)(C)(D)	54 - (A)(B)(C)(D)
07 - (A)(B)(C)(D)	19 - (A)(B)(C)(D)	31 - (A)(B)(C)(D)	43 - (A)(B)(C)(D)	55 - (A)(B)(C)(D)
08 - (A)(B)(C)(D)	20 - (A)(B)(C)(D)	32 - (A)(B)(C)(D)	44 - (A)(B)(C)(D)	56 - (A)(B)(C)(D)
09 - (A)(B)(C)(D)	21 - (A)(B)(C)(D)	33 - (A)(B)(C)(D)	45 - (A)(B)(C)(D)	57 - (A)(B)(C)(D)
10 - (A)(B)(C)(D)	22 - (A)(B)(C)(D)	34 - (A)(B)(C)(D)	46 - (A)(B)(C)(D)	58 - (A)(B)(C)(D)
11 - (A)(B)(C)(D)	23 - (A)(B)(C)(D)	35 - (A)(B)(C)(D)	47 - (A)(B)(C)(D)	59 - (A)(B)(C)(D)
12 - (A)(B)(C)(D)	24 - (A)(B)(C)(D)	36 - (A)(B)(C)(D)	48 - (A)(B)(C)(D)	60 - (A)(B)(C)(D)

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Leia o texto a seguir.

**Produção científica brasileira caiu em 2023;
pesquisadores indicam como reverter**

Queda de 7,2% na produção científica brasileira em 2023 repete declínio do ano anterior; país mantém ritmo de crescimento até 2021

O Brasil não está sozinho na queda. Dos 53 países analisados, 35 tiveram variação negativa, como Estados Unidos e Japão. Para a elaboração do estudo, foram analisados dados, entre 1996 e 2023, de países que produziram mais de 10 mil artigos científicos em 2022.

Conforme aponta o relatório da Elsevier-Bori, o Brasil mantém um ritmo de crescimento do total de pesquisas produzidas até 2021, quando ocorreu a primeira queda. Atualmente, a produção se mantém em níveis similares ao período pré-pandêmico.

Para Ricardo Oliveira da Silva, professor universitário e diretor da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), não podemos desprezar o impacto da fase aguda da pandemia de Covid-19. “A necessidade de isolamento das pessoas, até que tivéssemos uma vacina segura e disponível, paralisou a coleta de dados em muitos laboratórios e a consequência disso é a redução no número de artigos submetidos e publicados. Isso atingiu a todos, em maior ou menor escala”, diz o professor.

Além do viés operacional, os cortes no investimento em ciência nos últimos anos podem ter gerado esse declínio na produção científica. “A pandemia acelerou um processo que estava para acontecer. Estamos falando de uma janela de dez anos em que o financiamento [em ciência] no país ou estabilizou ou diminuiu”, afirma Marcio de Castro Silva Filho, diretor de pesquisa científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Essa janela indicada por Silva Filho é exposta em relatório do Observatório do Conhecimento, que identifica em 2014 o pico do denominado “Orçamento do Conhecimento” (montante de recursos públicos

destinado à produção do conhecimento no Brasil), com investimentos na casa dos R\$ 38 bilhões em valores reais. Desde então, o ritmo de investimentos vem caindo, totalizando R\$ 117 bilhões em perdas acumuladas em valores reais corrigidos pelo IPCA. “Se o orçamento de 2014 tivesse sido integralmente aplicado a 2024, seria necessária a recomposição de R\$ 86 bilhões para compensar as perdas que ocorreram entre 2015 e 2023”, aponta o relatório do Observatório.

Não existe uma receita mágica para a retomada do crescimento da pesquisa científica no Brasil. Ainda assim, especialistas são unânimes em afirmar: faltam mecanismos para que o ambiente científico seja atrativo para o desenvolvimento de uma carreira profissional — especialmente para os jovens.

Como lembra o ex-ministro da Educação e atual presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Renato Janine, a produção científica no Brasil é feita, majoritariamente, por pesquisadores que estão em programas de pós-graduação de universidades públicas. Logo, as soluções passam por melhorias nesses ambientes.

As bolsas defasadas são uma pauta recorrente no meio acadêmico. Após quase dez anos de congelamento dos valores, o Governo Federal reajustou as bolsas oferecidas pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as duas principais instituições que oferecem bolsas para estudantes de pós-graduação no país. A bolsa de mestrado passou de R\$ 1,5 mil para R\$ 2,1 mil; de doutorado, de R\$ 2,5 mil para R\$ 3,1 mil; e de pós-doutorado, de R\$ 4,1 mil para R\$ 5,2 mil. Todavia, elas ainda se mostram insuficientes na visão dos cientistas ouvidos pela CNN. “O valor da bolsa em nível federal é baixo e está defasado para garantir qualidade de vida a jovens pesquisadores”, analisa Silva Filho.

Salários não competitivos para docentes das universidades federais são outro exemplo que ilustra como a vida acadêmica não é atrativa atualmente. “Quem é da área de tecnologia da informação, por exemplo, ganha muito dinheiro. [São salários] superiores aos de um professor em início de carreira [em universidades federais]”, diz Janine.

A insatisfação com os salários também tem gerado discussões e foi motivo de greve de professores universitários no primeiro semestre deste ano. Por quase

dois meses, a categoria reivindicou o aumento dos salários e dos investimentos no setor. Após acordo com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, o salário de professores com doutorado e dedicação exclusiva passou de R\$ 7,3 mil para R\$ 10 mil. Os que estão ingressando na carreira passaram a receber um salário inicial de R\$ 8,4 mil.

Os especialistas indicam, ainda, a necessidade de investir os recursos em infraestrutura. Para eles, são necessários espaços físicos de qualidade para que os cientistas possam trabalhar e desenvolver os seus estudos. “A necessidade de aumentar os investimentos nessa área é um consenso. Mas, não basta apenas aumentar os recursos. É preciso ter uma política de desenvolvimento científico pautada nas necessidades do país, na absorção dos profissionais formados e na recuperação do parque científico-tecnológico”, afirma da Silva.

Desse modo, o investimento passaria tanto pela compra de maquinário, quanto pela compra de insumos variáveis conforme o andamento da pesquisa — produtos que não são baratos e que necessitam de altos valores para serem adquiridos.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/producao-cientifica-brasileira-caiu-em-2023-pesquisadores-indicam-como-reverter/>

01. Considerando as noções de gêneros e tipos textuais, o texto acima é um exemplar do gênero:

- a) notícia jornalística, com predomínio da sequência tipológica expositiva.
- b) artigo de opinião, em que prevalece o uso da sequência descritiva.
- c) editorial, com predomínio das sequências argumentativa e descritiva.
- d) crônica, em que prevalece o uso da sequência tipológica argumentativa.

02. De acordo com o texto, a queda na produção científica brasileira em 2023 está relacionada principalmente a:

- a) Falta de interesse dos jovens pela carreira científica.
- b) Pandemia de Covid-19 e cortes no financiamento em ciência.
- c) Aumento significativo na carga de trabalho dos pesquisadores.
- d) Dificuldades logísticas na importação de insumos laboratoriais.

03. Sobre a produção científica brasileira em 2023, o texto indica que:

- a) O Brasil foi o único país desenvolvido a apresentar queda significativa.
- b) A produção científica se manteve em níveis superiores ao período pré-pandêmico.
- c) A produção científica retornou aos níveis pré-pandêmicos após a primeira queda em 2021.
- d) O número de artigos científicos publicados em 2023 superou o de 2022.

04. O termo "janela" em "Essa janela indicada por Silva Filho é exposta em relatório do Observatório do Conhecimento..." foi empregado em sentido

- a) conotativo e se refere a um intervalo de tempo.
- b) conotativo e remete a uma oportunidade de investimento.
- c) denotativo e expressa uma limitação financeira.
- d) denotativo e sugere uma mudança de paradigma.

05. O termo "déficit", no contexto em que foi empregado, seria um sinônimo adequado para:

- a) Estagnação.
- b) Defasagem.
- c) Recuperação.
- d) Crescimento.

06. De acordo com o texto, o valor da bolsa de pós-doutorado mencionado no texto foi reajustado para:

- a) R\$ 3,1 mil.
- b) R\$ 4,1 mil.
- c) R\$ 5,2 mil.
- d) R\$ 2,5 mil.

07. No segmento "o Brasil ***mantinha*** um ritmo de crescimento do total de pesquisas produzidas até 2021", a expressão "mantinha" indica:

- a) Um estado permanente.
- b) Uma ação contínua no passado.
- c) Uma expectativa para o futuro.
- d) Uma condição hipotética.

08. ***Todavia***, elas ainda se mostram insuficientes na visão dos cientistas ouvidos pela CNN. "O valor da bolsa em nível federal é baixo e está defasado para garantir qualidade de vida a jovens pesquisadores", analisa Silva Filho.

No segmento acima, o conectivo destacado poderia ser corretamente substituído, sem prejuízo ao sentido original, por:

- a) Mas;
- b) Embora;
- c) Não obstante;
- d) Conquanto;

09. *Para Ricardo Oliveira da Silva, professor universitário e diretor da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), não podemos desprezar o impacto da fase aguda da pandemia de Covid-19. "A necessidade de isolamento das pessoas, até que tivéssemos uma vacina segura e disponível, paralisou a coleta de dados em muitos laboratórios e a consequência disso é a redução no número de artigos submetidos e publicados. Isso atingiu a todos, em maior ou menor escala", diz o professor.*

Considerando a coesão textual, o componente em destaque caracteriza exemplo de coesão

- a) sequencial, em que conectores interfrásticos estabelecem relações lógico-semânticas entre as orações do texto.
- b) sequencial, em que elementos ordenados linearmente possibilitam a continuação de sequências temporais.
- c) referencial, em que um elemento anafórico remete a um componente previamente expresso no texto.
- d) referencial, em que elementos catafóricos antecipam um componente ainda não expresso no texto.

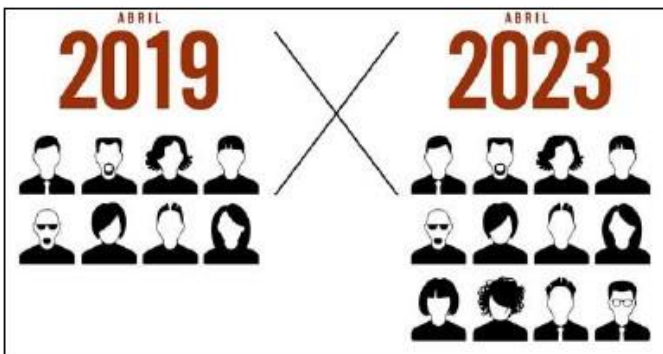
10. Acerca do vocativo em língua portuguesa, pode-se afirmar que

- a) o vocativo é um termo que descreve outro termo na frase, seja um substantivo, pronome ou oração, podendo ocorrer antes ou depois do termo ao qual se refere.
- b) o vocativo é uma expressão apelativa de terceira pessoa, por exemplo: "Rubens, ajude-me!".
- c) o vocativo, como chamamento, está relacionado ao uso obrigatório do imperativo.
- d) o vocativo é um termo utilizado para chamar ou interpelar um interlocutor e não possui relação sintática com outro termo na oração, não sendo parte nem do sujeito nem do predicado.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Carlos Henrique

11. No ano de 2023, havia aproximadamente 6 milhões de jovens que desejavam fazer uma graduação sobre tecnologia no país. Isso indica um crescimento, em relação ao ano de 2019, conforme destacado no infográfico a seguir, em que a quantidade de pessoas representadas é proporcional à quantidade real.



Com base nessas informações, em 2019, a quantidade de jovens no Brasil que desejavam fazer uma graduação sobre tecnologia, em milhões de pessoas, foi aproximadamente

- a) 4.
 - b) 3.
 - c) 4,5.
 - d) 3.
12. Se Juliana chegar brava em casa, então Carlos foge para o quarto e Bruno não entra em casa. Uma afirmação que corresponde à negação da afirmação anterior é:
- a) Juliana não chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.
 - b) Se Juliana não chega brava em casa, então Carlos não foge para o quarto e Bruno entra em casa.
 - c) Juliana chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.
 - d) Se Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa, então Juliana não chegou brava em casa.

13. Carlos e sua amiga, Rita, passaram no concurso do CN e estão trabalhando em um setor com mais 10 pessoas. O superior de Carlos e Rita resolver criar uma comissão com 4 pessoas para desempenho de determinada atividade.

Se Carlos e Rita só aceitarem participar da missão se estiverem juntos, então o total de missões possíveis é igual a:

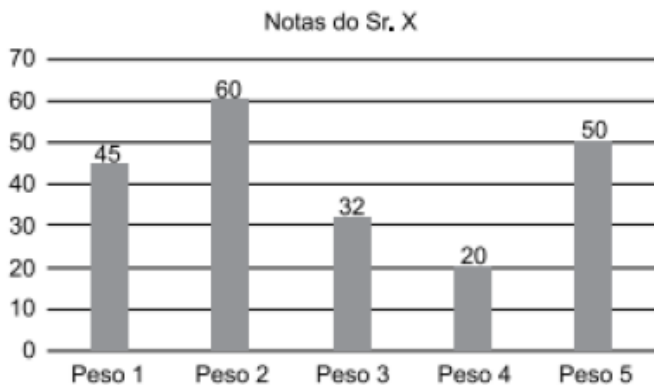
- a) 245
- b) 250
- c) 260
- d) 255

14. Em um setor do TJ GO, estão de plantão doze analistas, sendo sete homens e cinco mulheres. Desse total de analistas, dois serão escolhidos ao acaso para compor uma comissão que atuará em uma missão.

A probabilidade de que essa equipe tenha pelo menos uma mulher é igual a:

- a) $1/12$
- b) $15/22$
- c) $5/12$
- d) $5/22$

15. O gráfico a seguir mostra as cinco notas do Sr. X e os respectivos pesos atribuídos a cada uma das provas.



Para ser aprovado, o Sr. X precisava que sua média aritmética ponderada por esses pesos fosse maior ou igual a 48 pontos. Com essas notas, o Sr. X não foi aprovado e sua média ficou abaixo de 48, em uma quantidade de pontos igual a

- a) 6,6.
- b) 7,9.
- c) 8,6.
- d) 9,5.

ATUALIDADES, HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS GERAIS DO BRASIL E DE GOIÁS

Leandro Signori

16. Considerando o processo de formação da população brasileira e as projeções realizadas por demógrafos, é correto afirmar que:

- a) À medida que a população aumenta, o nível de instrução tende a diminuir.
- b) A expectativa de vida tende a aumentar à medida que as condições de vida da população melhoram.
- c) Com a diminuição das taxas de mortalidade no país, a população tende a diminuir.
- d) Com o aumento da população idosa no país, devem-se diminuir os investimentos públicos na previdência social para diminuir custos.

17. A respeito das fontes de energia no país, são feitas as seguintes afirmativas:

- I - Na composição da matriz energética brasileira, o petróleo e seus derivados são os componentes mais importantes.
- II - A geração de energia elétrica no país é predominantemente renovável, pois grande parte dessa geração vem de hidrelétricas.
- III - Ao longo dos últimos anos, a energia solar e a energia eólica, duas fontes de energia renováveis e que não liberam poluentes, cresceram bastante e sua participação na matriz elétrica brasileira.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.

18. O Relatório Nosso Futuro Comum, também chamado de Relatório Brundtland, publicado em 1972, popularizou o conceito de Desenvolvimento Sustentável. A respeito desse assunto e a questão ambiental na atualidade, analise as afirmativas a seguir:

- I. A Revolução Industrial foi um marco importante na história da humanidade, uma vez que intensificou os problemas ambientais devido à aceleração na extração de recursos naturais.
- II. O conceito de desenvolvimento sustentável enfatiza a busca pela minimização dos impactos ambientais, independentemente do crescimento econômico.
- III. A Pegada Ecológica é um indicador que mede a pressão das atividades humanas sobre os ecossistemas e demonstra se o nosso estilo de vida está em equilíbrio com a capacidade do planeta em oferecer e renovar seus recursos naturais.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

19. Diante das dificuldades de inserção na sociedade em seus mais diversos campos, os movimentos sociais a favor de populações etnicamente discriminadas passaram a pressionar instituições políticas e jurídicas para a implementações de medidas específicas capazes de acabar com a exclusão social, econômica e cultural de indivíduos pertencentes a esses grupos marginalizados. Tais medidas são conhecidas como:

- a) Ações afirmativas.
- b) Políticas discriminatórias.
- c) Ações positivas.
- d) Políticas representativas.

20. O Brasil desempenha um papel central no cenário global do desenvolvimento sustentável e na luta contra as mudanças climáticas. Com a sua vasta extensão territorial e riqueza natural, o país tem uma responsabilidade significativa na preservação da biodiversidade e na redução das emissões de gases de efeito estufa. A sua contribuição vai além das fronteiras nacionais, influenciando acordos internacionais, como o Acordo de Paris, e assumindo compromissos para a proteção da Amazônia, uma peça-chave no equilíbrio climático mundial. No entanto, desafios persistem, e é fundamental encontrar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a conservação ambiental para garantir um futuro sustentável.

A respeito desse assunto e seus múltiplos aspectos relacionados, julgue as afirmativas a seguir:

- I. Apesar da elevada participação de fontes de energia renováveis e não poluentes em sua matriz energética, o Brasil se posiciona entre os 10 principais emissores de gases do efeito estufa no mundo.
- II. O setor que mais contribui para a emissão de poluentes na atmosfera no país é a mudança do uso da terra, seguida pelo setor de energia.
- III. A redução do desmatamento na Amazônia não se encontra entre os principais desafios do Brasil no cumprimento das metas apresentadas perante o Acordo de Paris.
- IV. As mudanças climáticas têm o potencial de afetar com mais intensidade as populações de áreas periféricas dos centros urbanos, onde há menos infraestrutura e assistência para lidar com eventos climáticos extremos, como chuvas torrenciais ou calor extremo.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.

LEGISLAÇÃO (ÉTICA)*Tiago Zanolla*

21. Durante um seminário sobre ética no serviço público, o palestrante abordou a importância da diceologia para o trabalho dos servidores. Ele explicou que, enquanto a ética define os princípios morais que devem guiar o comportamento dos servidores, a diceologia estabelece um conjunto de regras para garantir que o serviço público seja justo e eficiente.

Marcos, um servidor público que participava do seminário, perguntou como essas duas áreas se complementam no dia a dia dos servidores. Para esclarecer, o palestrante deu exemplos de como a transparência, responsabilidade, imparcialidade, equidade e proporcionalidade são aplicadas em situações práticas.

Com base no que foi discutido no seminário, assinale a alternativa correta:

- a) A ética no serviço público se limita a garantir a transparência das ações dos servidores, sem se preocupar com a responsabilidade ou a imparcialidade.
- b) A diceologia e a ética se opõem no serviço público, pois uma busca a eficiência e a outra busca a equidade.
- c) A aplicação da proporcionalidade no serviço público significa que as decisões devem sempre favorecer o servidor em situações de conflito de interesses.
- d) A responsabilidade no serviço público implica que os servidores devem prestar contas de suas ações, garantindo que qualquer impacto negativo seja justificado e que medidas corretivas sejam tomadas quando necessário.

LEGISLAÇÃO (DIREITO CONSTITUCIONAL)*Emerson Bruno*

22. De acordo com Constituição Federal, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após três anos de efetivo exercício, sendo exigido(a) para que possam perder o cargo a

- a) avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária.
- b) o processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa.
- c) a periódica avaliação funcional, prescindindo de ampla defesa.
- d) a sentença judicial, dispensando-se o trânsito em julgado.

23. O Direito Urbanístico, o qual pode ser considerado como um sub-ramo do Direito Administrativo, voltado para o estudo da disciplina normativa dos instrumentos para implementação da política urbana, é de competência

- a) privativa da União.
- b) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

LEGISLAÇÃO (DIREITO ADMINISTRATIVO)*Antônio Daud*

- 24.** No que se refere aos agentes públicos, assinale a alternativa correta:
- a) é permitida a acumulação de dois cargos de natureza técnica ou científica.
 - b) a proibição de acumular cargos abrange toda a administração indireta, com exceção das empresas estatais exploradoras de atividade econômica.
 - c) em exceção ao princípio da vedação à acumulação remunerada de cargos, magistrados estão autorizados a exercerem uma função de magistério, ainda que em disponibilidade.
 - d) são vitalícios após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- 25.** Em relação às disposições constantes da Lei 8.429/1992, assinale a alternativa que menciona ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública:
- a) frustrar a licitude de processo licitatório, acarretando perda patrimonial efetiva.
 - b) facilitar para que parente de até 3º grau se enriqueça ilícitamente.
 - c) realizar operação financeira sem observância das normas legais.
 - d) praticar ato de publicidade de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

- 26.** Das letras abaixo, marque aquela que representa um nome de arquivo válido no Windows.
- a) @relatorioteste.txt
 - b) relatório:teste.txt
 - c) *relatórioteste*.txt
 - d) relatorioteste?.txt
- 27.** No Word, há um recurso muito utilizado quando há a necessidade de que um mesmo documento seja manipulado por usuários diferentes. Serve para identificar as ações realizadas por cada um e evitar que um desfaça o trabalho do outro. Assim como, permite que as alterações fiquem registradas. O nome desse recurso é:
- a) Sumário
 - b) Comentários.
 - c) Controle de Alterações
 - d) Estilo.
- 28.** No Calc ao pressionar as teclas CTRL + F2 o usuário terá acesso ao menu:
- a) "Função" que está no menu "Inserir"
 - b) "Fórmula" que está no menu "Inserir"
 - c) "Função" que está no menu "Editar"
 - d) "Abrir" que está no menu "Arquivo"
- 29.** Em softwares de apresentação, como o Powerpoint, é comum existir uma funcionalidade que oferece uma formatação comum a todos os slides da apresentação, de forma que a alteração de um elemento nele seja refletida automaticamente para os demais slides. Essa funcionalidade é o:
- a) formatação geral.
 - b) slide mestre.
 - c) slide modelo
 - d) layout

30. No serviço de email é necessário utilizar um endereço de email que deve ser composto pelo Identificador e o servidor de email. Um exemplo correto de estrutura de endereço seria:

- a) servidor de email@Identificador.
- b) identificador%servidor de email.
- c) servidor de email&identificador
- d) identificador@servidordeemail

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

31. Compete aos Estados-membros legislar sobre:

- a) trânsito e transporte
- b) populações indígenas
- c) normas específicas de direito tributário
- d) proteção de dados pessoais

32. Maria José, brasileira nata, foi enviada pelo Brasil para servir como representante diplomática em Portugal. Lá conheceu José Maria, com quem veio a ter uma filha, nascida em Portugal, enquanto a mãe ainda estava a serviço do Brasil. À luz da CF, a filha de Maria José é:

- a) portuguesa naturalizada
- b) brasileira nata
- c) brasileira naturalizada
- d) estrangeira

33. Pode ser editada medida provisória sobre matéria relativa a:

- a) direito do trabalho
- b) direito penal
- c) direito processual
- d) carreira e garantias dos magistrados

34. Compete ao TJGO processar e julgar, originariamente:

- a) o governado do Estado, nas infrações penais comuns
- b) a representação de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição do Estado
- c) o *habeas corpus* contra seus próprios atos
- d) a ação popular contra o governador

35. Considerando-se que Wandercleydsonn é desembargador do TJGO, pode-se dizer que ele:

- a) pode compor o CNJ, mas não exercer a função de corregedor nacional de justiça
- b) pode ser escolhido pelo quinto constitucional para o STJ
- c) tem foro por prerrogativa de função no STF
- d) pode compor o CNJ e até presidir o colegiado

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

36. O atributo que se caracteriza pela possibilidade de que certos atos ensejam de imediata e direta execução pela Administração, sem necessidade de ordem judicial, permitindo o uso da força para colocar em prática as decisões administrativas é o da

- a) autoexecutoriedade.
- b) imperatividade.
- c) competência.
- d) discricionariedade.

37. Os poderes administrativos são os responsáveis por definir limites e obrigações de cada instituição, cargo e procedimento existentes na administração pública. Acerca desse tema, assinale a opção correta:

- a) há excesso de poder quando o agente atua dentro de sua esfera de competência, porém de forma contrária à finalidade explícita ou implícita na lei que determinou ou autorizou o ato.
- b) os atributos do poder de polícia são: discricionariedade, coercibilidade e finalidade.
- c) o poder disciplinar se relaciona com a hierarquia definida em uma entidade, com liberdade de ação para edição de atos normativos.
- d) o poder vinculado ocorre quando a lei, ao outorgar determinada competência ao agente público, não deixa nenhuma margem de liberdade para o seu exercício.

38. Conforme a Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo, a decisão coordenada

- a) exige a participação de no mínimo quatro setores, órgãos ou entidades.
- b) poderá ser adotada mesmo nos processos em que não haja discordância, desde que possa ocorrer prejuízo à celeridade do processo.
- c) não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida no processo decisório.
- d) é aplicável aos processos de licitação e relacionados ao poder sancionador.

39. No contexto da Lei nº 14.133/2021,

- a) leilão é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- b) bens e serviços especiais são aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos de forma objetiva pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- c) o anteprojeto é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, devendo conter critérios de medição e de pagamento.
- d) a empreitada por preço global envolve a contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado.

40. Acerca das garantias contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- a) a exigência da garantia é obrigatória, cabendo à autoridade competente a decisão pela modalidade adequada a cada caso.
- b) o contratado é obrigado a renovar a garantia nas hipóteses de suspensão do contrato por inadimplemento da Administração, independentemente da regularização da situação.
- c) são modalidades previstas na lei o seguro-garantia e o título de capitalização, entre outras.
- d) nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia será de até cinco por cento do valor inicial do contrato, vedada a majoração desse percentual.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

41. Tendo em vista as disposições sobre o regime jurídico das pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- a) A personalidade jurídica das pessoas naturais começa com a concepção, sendo, contudo, limitada até o nascimento com vida, quando se completa a personalidade plena.
- b) A incapacidade absoluta atinge os menores de 18 anos, sendo considerada relativa para os maiores de 16 anos, salvo em casos de emancipação legal, judicial ou voluntária.
- c) O menor de 16 anos é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, exceto quando se tratar de atos relacionados a questões de direito de família, nos quais ele pode ser representado, mas não substituído.
- d) A morte real ou a morte presumida, com ou sem declaração de ausência, são eventos que extinguem a personalidade jurídica da pessoa natural, sendo os direitos da personalidade, como o nome e a imagem, automaticamente extintos após a morte.

42. Assinale a alternativa correta sobre as pessoas naturais.

- a) O estado civil de uma pessoa natural pode ser alterado a qualquer momento mediante a simples manifestação de vontade, desde que esteja de acordo com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana.
- b) A mudança de nome só é permitida no caso de adoção, casamento ou divórcio, sendo vedada em qualquer outra hipótese, mesmo em casos de exposição ao ridículo ou situações vexatórias.
- c) A residência da pessoa natural pode ser definida por livre escolha, mas é possível que o domicílio legal seja imposto por lei, como nos casos de incapazes e servidores públicos.
- d) A maioridade civil é alcançada aos 18 anos completos, mas a capacidade plena de exercício de todos os atos da vida civil só é conferida aos 21 anos, conforme prevê o Código Civil.

43. Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio jurídico celebrado com erro substancial é anulável, independentemente da possibilidade de ter sido evitado por quem o cometeu, bastando a demonstração de que o erro existiu no momento da celebração.
- b) A forma escrita é sempre requisito essencial para a validade do negócio jurídico, exceto quando o negócio for de valor irrisório, caso em que é admitida a forma verbal.
- c) A manifestação de vontade viciada por coação torna o negócio jurídico nulo de pleno direito, sendo irrelevante a intensidade da coação sofrida pela parte prejudicada.
- d) A simulação, quando comprovada, pode tornar o negócio jurídico nulo, especialmente se a intenção for desviar a aplicação de normas cogentes ou prejudicar terceiros.

44. Sobre o Direito das Obrigações, assinale a alternativa que melhor descreve as disposições previstas no Código Civil sobre o assunto.

- a) Em uma obrigação de dar coisa certa, se a coisa perecer sem culpa do devedor antes da tradição, a obrigação se extingue, mas o devedor ainda deve pagar perdas e danos ao credor.
- b) Nas obrigações solidárias, a renúncia de um credor ao direito de exigir a totalidade do crédito de um dos devedores solidários extingue automaticamente a obrigação para todos os devedores.
- c) O inadimplemento parcial de uma obrigação, mesmo quando não compromete o interesse principal do credor, dá a este o direito de exigir a resolução do contrato e perdas e danos.
- d) Nas obrigações de fazer, se o devedor não cumpre voluntariamente a prestação, o credor pode requerer a execução específica da obrigação ou, se for o caso, que a prestação seja realizada por terceiro às custas do devedor.

45. Tendo em vista as disposições sobre a Teoria dos Contratos no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da autonomia da vontade permite que as partes de um contrato estipulem quaisquer cláusulas que entenderem, inclusive aquelas que contrariem expressamente normas de ordem pública, desde que não prejudiquem terceiros.
- b) O contrato de adesão é aquele em que as partes discutem amplamente as cláusulas contratuais antes de sua celebração, sendo obrigatória a presença de igualdade na negociação para que o contrato seja válido.
- c) A cláusula penal em um contrato pode ser reduzida pelo juiz, de ofício, caso o valor estabelecido seja considerado excessivo em relação à obrigação principal ou quando a obrigação tiver sido cumprida parcialmente.
- d) A teoria da imprevisão, prevista no Código Civil, impede a revisão ou resolução do contrato quando

ocorrerem fatos imprevisíveis e extraordinários, pois a força obrigatória dos contratos não permite a alteração das cláusulas pactuadas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

46. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. Sobre essa modalidade de tutela, assinale a alternativa incorreta:

- a) Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 15 dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- b) A tutela antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.
- c) Qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada.
- d) A tutela antecipada conservará seus efeitos enquanto não revista, reformada ou invalidada por decisão de mérito.

47. Sobre o julgamento conforme o estado do processo, assinale a alternativa de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando o réu for revel e ocorrer os efeitos da revelia, ainda que posteriormente o réu apresente-se ao processo e requeira a produção de prova em tempo hábil.
- b) A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida, não sendo possível reconhecer obrigação ilíquida.
- c) Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 10 dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- d) Ocorrendo saneamento, o juiz poderá limitar o número de testemunhas levando em conta a complexidade da causa e dos fatos individualmente considerados.

48. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Sobre essa modalidade de tutela, assinale a alternativa incorreta:

- a) O réu será citado para, no prazo de 5 dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- b) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar.
- c) O pedido principal pode ser formulado conjuntamente com o pedido de tutela cautelar.
- d) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, é vedado à parte renovar o pedido, salvo sob novo fundamento.

49. Sobre o recurso de apelação previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- b) Começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação, ainda que proposta a apelação, a sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória.
- c) Serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, exceto se não solucionadas.
- d) Se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando decretar a nulidade de sentença por falta de fundamentação.

50. No prazo para alegações finais escritas, o réu pretende alegar uma nulidade por entender que não fora observada - na prática do ato -, a forma determinada em lei. O ato alegadamente viciado teria ocorrido após a contestação, sendo que o réu já havia sido intimado da decisão saneadora, bem como da designação e da realização da audiência de instrução e julgamento sem, no entanto, alegar a referida nulidade. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Por se tratar de matéria de ordem pública, a decretação da nulidade pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- b) Independentemente de ter alcançado a finalidade pretendida, ante a inobservância dos requisitos legais, deverá ser decretada a nulidade do ato.
- c) Não se tratando de nulidade que o juiz deva decretar de ofício, ocorreu a preclusão no caso narrado.
- d) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os atos dele independentes.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

51. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A lei excepcional ou temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, exceto se decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- b) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou o patrimônio do Presidente da República.
- c) Nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, mesmo após o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- d) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

52. A respeito do tema consumação e tentativa, é correto afirmar que:

- a) a tentativa inidônea é punida com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- b) as fases de cogitação e preparação do crime são as únicas que nunca admitem punição.
- c) o crime de injúria, na modalidade verbal, por tratar-se de delito unissubsistente, não admite tentativa.
- d) o arrependimento eficaz só é cabível após a consumação e nos delitos cometidos sem violência ou grave ameaça.

53. No que diz respeito à imputabilidade, à ilicitude e à culpabilidade, assinale a alternativa correta.

- a) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, era razoável exigir-se.
- c) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, era, ao tempo da ação ou da omissão, em razão de doença mental, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.

54. Configura hipótese de *aberratio delicti*:

- a) quando o agente, por falta de habilidade ou por acidente, atinge bem jurídico diverso do pretendido.
- b) surge no desvio de golpe em que o agente, por inabilidade ou acidente, não acerta a vítima visada, mas outra pessoa.
- c) o erro sobre a ilicitude do fato.
- d) quando o agente, por engano de representação, atinge outra pessoa no lugar da vítima desejada.

55. É correto afirmar que a reparação do dano antes da sentença irrecorrível no crime de peculato culposo importa:

- a) em exclusão da tipicidade.
- b) em exclusão da culpabilidade.
- c) em exclusão da ilicitude.
- d) em extinção da punibilidade .

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Renan Araújo*

56. Assinale a alternativa INCORRETA no que tange ao Juiz das garantias e à ação penal:

- a) A competência do juiz das garantias cessa com o oferecimento da denúncia ou queixa.
- b) As normas relativas ao juiz das garantias não se aplicam aos processos de competência originária dos tribunais, regidos pela Lei nº 8.038/1990, conforme entendimento firmado pelo STF em controle concentrado de constitucionalidade.
- c) O perdão do ofendido pode ser oferecido nos crimes de ação penal privada, bem como nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, dependendo de aceitação do beneficiado para que produza seus regulares efeitos.
- d) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

57. Flávio foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de extorsão. O Oficial de Justiça não encontrou o réu no endereço indicado na denúncia, tendo certificado que o réu se encontrava em local incerto e não sabido. Após diligências determinadas pelo Juízo, não foi possível obter o novo endereço de Flávio, razão pela qual foi determinada a citação por edital do acusado. Expirado o prazo do edital, o acusado não compareceu, tampouco constituiu advogado.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) nomear ao réu um defensor, concedendo-lhe prazo de 10 dias para apresentar resposta à acusação.
- b) suspender apenas o curso do processo.
- c) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, até que compareça o acusado.

d) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, estando a suspensão do prazo prescricional limitada ao prazo de prescrição previsto considerando a pena máxima cominada ao delito.

58. Gilmar foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, Gilmar teria se passado por um entregador de comida para ingressar em determinado prédio comercial sem levantar suspeitas, oportunidade na qual subtraiu um *tablet*. O Juízo, ao final da instrução, entendeu que o fato narrado constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que se está diante de:

- a) *Emendatio libelli*, podendo o Juiz condenar Gilmar pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- b) *Mutatio libelli*, podendo o Juiz condenar Gilmar pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- c) *Mutatio libelli*, podendo o Juiz condenar Gilmar pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.
- d) *Emendatio libelli*, não podendo o Juiz condenar Gilmar pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.

59. Acerca das disposições referentes aos sujeitos do processo, analise os itens a seguir:

I – O Juiz que for amigo íntimo de uma das partes será considerado impedido, não podendo exercer jurisdição no processo.

II – O assistente de acusação será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar, ainda que durante a fase recursal.

III – A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

IV – Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, até a prolação da sentença, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.

Nesse caso, está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e III
- b) I, II e IV
- c) II e III
- d) II, III e IV.

60. Guilherme e Thiago foram denunciados pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes (reclusão de 02 a 08 anos e multa). Na sentença, o magistrado condenou Guilherme pelo referido crime, nos termos da denúncia. Todavia, reconheceu a prescrição da pretensão punitiva em relação a Thiago, extinguindo a punibilidade em relação a este réu.

O Ministério Público, inconformado com a parte da sentença que reconheceu a extinção da punibilidade em relação a Thiago, deverá interpor:

- a) Apelação, no prazo de 05 dias
- b) Apelação, no prazo de 10 dias
- c) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...)”. Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>